

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Gazeta Mercantil

Class.:

Am/ZEE 11

Data

05/06/90

Pg.:

03

Zoneamento para ocupação racional da Amazônia

por Wanda Jorge
de Campinas

A primeira vista trata-se de uma encruzilhada: avançar a destruição da floresta amazônica para não interromper projetos econômicos ou colocar indisponível um enorme pedaço do território brasileiro, com 5 milhões de quilômetros quadrados, reconhecido como santuário ecológico onde moram hoje 15 milhões de pessoas.

A contradição entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental na Amazônia existe mas tem solução, garante Evaristo de Miranda, diretor do Núcleo de Monitoramento Ambiental, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "O primeiro passo é realizar completo zoneamento, que possibilite ordenação territorial de quase 90% da área ainda intocada, para que o Estado possa dirigir o processo de ocupação."

Para Miranda, o que não se pode permitir mais é repetir exaustivamente o erro da mesma ocupação predatória que se faz no Brasil desde a época de seu descobrimento. Dados do satélite Landsat mostram que 75% das terras na Amazônia são de baixa fertilidade e, mesmo assim, mais de 251 mil quilômetros quadrados foram ocupados com exploração inadequada, como pecuária e grãos.

"Há dois anos, a cada trimestre entravam 20 mil famílias no sul da Amazônia para se instalarem", diz Miranda. O processo de assentamento incorporou o total de 500 mil famílias. "Resolveram-se nas costas da Amazônia os problemas fundiários das regiões Sul e Sudeste do País." Dessa

forma, os fluxos migratórios aliviaram problemas urbanos, como inchaços metropolitanos e favelamento de suas populações, mas levaram para a Amazônia práticas predatórias de exploração agrícola.

"A fronteira agrícola alastra-se num grande cinturão de fogo na Calha Sul, onde cresce desordenadamente também o garimpo. Mas não há solução amazônica para isso, pois é uma questão de desenvolvimento nacional." O diretor do núcleo, que trabalha atualmente em variados projetos na Amazônia envolvendo recursos de US\$ 2 milhões, aponta três grandes desafios.

O primeiro é o zoneamento da área ainda inexplorada e o monitoramento constante da ocupação que se pretende para a região. Miranda ressalta que o Brasil tem tecnologia e formação profissional para desempenhar com sucesso esta ocupação. É necessária, porém, uma coordenação de todos que atuam na Amazônia — infra-estrutura, agricultura, meio ambiente —, o que só é possível numa instância supraministerial.

"Conhecendo profundamente as características e o potencial da região, o Estado pode lançar mão de todos os mecanismos de que dispõe para implantar reservas indígenas, áreas extrativistas, delimitar parques, definir que exploração agrícola incentivar." Miranda diz que até hoje apenas 5% da floresta é oficialmente preservada.

"Este é um consenso, por enquanto o único, entre todos os segmentos interessados na Amazônia, sejam os que querem sua exploração econômica ou aqueles

que desejam sua preservação ecológica", diz Miranda.

O próximo passo é conter a expansão da fronteira, que cresce à custa de práticas predatórias como a queima de florestas.

"O grande risco da região é manter um sistema de produção com destruição contínua da floresta." Miranda lembra que, além da baixa fertilidade do solo, é absolutamente inadequado implantar culturas alimentares em escala comercial. "Somente o elevado custo de transporte já as inviabilizaria."

Para Miranda, a orientação tem de ser para produtos de alta valor agregado, como guaraná, cacau, dendê, pimenta-do-reino, seringueira, além de novos tipos de pastagem com manejo integrado entre as atividades. Milho ou feijão, só para subsistência, acrescenta. A pimenta-do-reino, por exemplo, vale no mercado internacional hoje US\$ 6 o quilo. "O que compensa o custo alto de frete", acrescenta.

O território já ocupado, que iniciou com a estrada Belém-Brasília nos Cerrados e avançou por todo o Pará, Tocantins e parte de Mato Grosso, atinge 400 mil quilômetros quadrados ou 8% de toda a Amazônia. Ali ocorreram enormes devastações a partir de projetos de grandes empresas que os abandonaram posteriormente.

"Hoje, são áreas deixadas para a natureza recuperar." Para Miranda, o desafio é absorver a mão-de-obra atraída para a região, reintegrar a área ao sistema produtivo e preservar o que sobrou da devastação.